

BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 07.299.480/0001-82

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, da BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("BEC DTVM"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício, a BEC DTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 3.312 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 49.987 mil e Ativos Totais de R\$ 52.381 mil.

Osasco, SP, 1º de fevereiro de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
	2016	2015	2016	2015
ATIVO				
CIRCULANTE	52.360	48.744	2.394	2.067
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	22	46	2.394	2.067
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5a)	52.330	48.692	31	30
Carteira Própria	52.330	48.692	2.294	1.957
OUTROS CRÉDITOS	8	6	69	80
Diversos (Nota 6)	8	6	-	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	20	28	49.987	46.706
OUTROS CRÉDITOS	20	28	-	-
Diversos (Nota 6)	20	28	25.800	24.200
PERMANENTE	1	1	24.187	22.506
INVESTIMENTOS	1	1	-	-
Outros Investimentos	1	1	-	-
Provisões para Perdas	(1)	(1)	-	-
TOTAL	52.381	48.773	52.381	48.773

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil					DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil				
	2º Semestre 2016	Exercícios findos em 31 de dezembro			Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutárias	Lucros Acumulados	Totais
	2016	2016	2015		2016	2016	2015	2016	2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.358	6.554	5.860	Eventos					
Resultado das Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5c)	3.358	6.554	5.860	Saldo em 30.6.2016	25.800	453	22.044	-	48.297
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.358	6.554	5.860	Lucro Líquido	-	-	-	1.706	373
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(309)	(608)	(421)	Destinações - Reserva	-	86	1.604	(1.690)	-
Outras Despesas Administrativas (Nota 10)	(96)	(186)	(158)	- Dividendos Propostos	-	-	-	(16)	(16)
Despesas Tributárias (Nota 11)	(185)	(356)	(299)	Saldo em 31.12.2016	25.800	539	23.648	-	49.987
Outras Receitas Operacionais (Nota 12)	(28)	(66)	(25)	Saldo em 31.12.2014	23.500	213	19.831	-	43.544
Outras Despesas Operacionais (Nota 13)	(3.049)	(5.946)	(5.439)	Aumento de Capital com Reservas (Nota 9b)	700	-	(700)	-	-
RESULTADO OPERACIONAL	3.049	5.946	5.439	Lucro Líquido	-	-	-	3.192	3.192
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	3.049	5.946	5.439	Destinações - Reservas	-	160	3.002	(3.162)	-
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 15a e b)	(2.634)	(2.634)	(2.247)	- Dividendos Propostos	-	-	-	(30)	(30)
Provisão para Imposto de Renda	(725)	(1.434)	(1.336)	Saldo em 31.12.2015	24.200	373	22.133	-	46.706
Provisão para Contribuição Social	(618)	(1.194)	(914)	Aumento de Capital com Reserva (Nota 9b)	1.600	-	(1.600)	-	-
Ativo Fiscal Diferido	(17)	(3)	(3)	Lucro Líquido	-	-	-	3.312	3.312
LUCRO LÍQUIDO	1.706	3.312	3.190	Destinações - Reserva	-	166	3.115	(3.281)	-
Número de cotas (Nota 9a)	25.800.000	25.800.000	24.200.000	- Dividendos Propostos	-	-	-	(31)	(31)
Lucro por lote de mil cotas em R\$	66,12	128,39	131,90	Saldo em 31.12.2016	25.800	539	23.648	-	49.987

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS								
1) CONTEXTO OPERACIONAL								
A BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("BEC DTVM" ou "Instituição") é uma instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.								
2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS								
As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.								
As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 1º de fevereiro de 2017.								
3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS								
a) Moeda funcional e de apresentação								
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.								
b) Apuração do resultado								
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao lucro líquido são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério <i>pro rata</i> dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.								
c) Caixa e equivalentes de caixa								
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.								
d) Títulos e valores mobiliários								
• Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.								
• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, os quais são reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A instituição não possui títulos classificados nesta categoria.								
• Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A instituição não possui títulos classificados nesta categoria.								
Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.								
e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)								
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos".								
Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.								
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2016, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando a alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.								
Em decorrência da alteração da alíquota, a Instituição constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.								
f) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)								
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.								
Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.								
g) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias								
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:								
• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;								
• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes arquivados forem mensuráveis com suficiente segurança;								
• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;								
• Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.								
h) Outros ativos e passivos								
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base <i>pro rata</i> dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base <i>pro rata</i> dia).								
i) Eventos subsequentes								
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.								
São compostos por:								
• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e								
• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.								
4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA								
A Instituição possui disponibilidades em moeda nacional no montante de R\$ 22 mil (2015 - R\$ 46 mil).								
5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS								
a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação								
		Em 31 de dezembro - R\$ mil						
		2016	2015					
Carteira própria								
Cotas de investimento		52.330	48.692					
Total		52.330	48.692					
b) Classificação por categorias e prazos		Em 31 de dezembro - R\$ mil						
		2016	2015					
Títulos (1)								
		1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Valor de mercado/contábil (2)
Títulos para negociação: (3)								
Letras financeiras do tesouro	29.767	-	589	18.060	48.416	48.416	25.221	
Letras financeiras	-	1.282	2.018	-	3.300	3.300	8.650	
Debêntures	-	-	614	-	614	614	1.341	
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	13.440	
Total em 2016	29.767	1.282	3.221	18.060	52.330	52.330	-	
Total em 2015	13.620	2.898	2.030	30.144	48.692	48.692	-	

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimentos são efetuadas em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco e foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;

(2) Nas aplicações em fundos de investimentos, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

Corresponde a rendas de aplicações em títulos de renda fixa no montante de R\$ 6.554 mil (2015 - R\$ 5.860 mil).

d) A BEC DTVM não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

6) OUTROS CRÉDITOS

O valor de R\$ 28 mil (2015 - R\$ 34 mil) refere-se aos créditos tributários sobre adições temporárias (Nota 15c).

7) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a instituição figura como "autor" ou "réu", e amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivas, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

c) Em 31 de dezembro de 2016, não há processos contingentes avaliados como de perda possível e provável de natureza relevante.

8) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Impostos e contribuições sobre lucros a pagar

Impostos e contribuições a recolher

Total

b) Diversas

Refere-se a provisão para pagamento de publicações legais, no montante de R\$ 69 mil (2015 - R\$ 80 mil).

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 25.800 mil (2015 - R\$ 24.200 mil) totalmente subscrito e integralizado é composto por 25.800.000 (2015 - 24.200.000) de cotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

b) Movimentação do capital social

Quantidade de cotas

R\$ mil

Saldo em 1º de janeiro

Aumento de capital com reserva AGO/E (1)

Saldo em 31 de dezembro

(1) Em 23 de maio de 2016, o BACEN homologou o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social de 25 de abril de 2016, que deliberou o aumento do capital social, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Estatutária" no montante de R\$ 1.600 mil, com a criação de 1.600.000 cotas, de valor nominal de R\$ 1,00 cada, atribuindo-as ao Sócio Colista Banco Bradesco BEFJ S.A., com a concordância do Sócio Colista Banco Bradesco S.A. (em 1º de junho de 2015, o BACEN homologou o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social de 30 de abril de 2015, que deliberou o aumento do capital social, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Estatutária" no montante de R\$ 700 mil, com a criação de 700.000 cotas, de valor nominal de R\$ 1,00 cada, atribuindo-as ao Sócio Colista Banco Bradesco BEFJ S.A., com a concordância do Sócio Colista Banco Bradesco S.A.).

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil				
	2º Semestre 2016	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2016	2016	2015	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	3.049	5.946	5.439	
(Aumento em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)	(2.873)	(3.638)	(3.696)	
Aumento em Outras Operações	6	27	30	
Imposto de Renda e Contribuição Social Pago	(202)	(2.322)	(1.750)	
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(20)	6	23	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:				
Dividendos Pagos	-	(30)	(24)	
Caixa Líquido Proveniente (Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(20)	(30)	(24)	
(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	42	46	47	
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	22	22	46	
(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(22)	(24)	(1)	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

c) Reservas de lucros				
	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2016	2015		
Reservas de lucros	24.187	22.506		
- Reserva legal (1)	539	373		
- Reserva estatutária (2)	23.648	22.133		
(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do semestre, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a aplicação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e				
(2) Reserva legal (1) de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, poder ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 80% do Capital Social Integralizado. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a Reunião de Sócios Cotistas deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.				
d) Dividendos e juros sobre o capital próprio				
Aos Sócios Cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.				
O cálculo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro está demonstrado a seguir:				

	2016	2015	R\$ mil
Lucro líquido	3.312		

BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa de Organização Bradesco

CNPJ 07.299.480/0001-82
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, da BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("BEC DTVM"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício, a BEC DTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 3.312 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 49.987 mil e Ativos Totais de R\$ 52.381 mil.

Osasco, SP, 1º de fevereiro de 2017.

Diretoria

ATIVO	BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil		PASSIVO	DEZEMBRO - Em Reais mil	
	2016	2015		2016	2015
CIRCULANTE.....	52.360	48.744	CIRCULANTE.....	2.394	2.067
DISPONIBILIDADES (Nota 4).....	22	46	OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	2.394	2.067
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5a).....	52.330	48.692	Sociais e Estatutárias (Nota 9d).....	31	30
Carteira Própria.....	52.330	48.692	Fiscais e Previdenciárias (Nota 8a).....	2.294	1.957
OUTROS CRÉDITOS.....	8	6	Diversas (Nota 8b).....	69	80
Diversos (Nota 6).....	8	6	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	49.987	46.706
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO.....	20	28	Capital:.....		
OUTROS CRÉDITOS.....	20	28	- De Domiciliados no País (Nota 9a).....	25.800	24.200
Diversos (Nota 6).....	20	28	Reservas de Lucros (Nota 9c).....	24.187	22.506
PERMANENTE.....	1	1			
INVESTIMENTOS.....	1	1			
Outros Investimentos.....	2	2			
Provisões para Perdas.....	(1)	(1)			
TOTAL.....	52.381	48.773	TOTAL.....	52.381	48.773

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil	Exercícios findos em 31 de dezembro		DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
	2º Semestre 2016	2015	Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Estatutárias	Lucros Acumulados	Totais
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	3.358	6.554	Saldos em 30.6.2016.....	25.800	453	22.044	-	48.297
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5c).....	3.358	6.554	Lucro Líquido.....	-	-	-	1.706	1.706
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	3.358	6.554	Destinações: - Reservas.....	-	86	1.604	(1.690)	-
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS.....	(309)	(608)	- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(16)	(16)
Outras Despesas Administrativas (Nota 10).....	(96)	(186)	Saldos em 31.12.2016.....	25.800	539	23.648	-	49.987
Despesas Tributárias (Nota 11).....	(185)	(356)	Saldos em 31.12.2014.....	23.500	213	19.831	-	43.544
Outras Receitas Operacionais (Nota 12).....	-	-	Aumento de Capital com Reservas (Nota 9b).....	700	-	(700)	-	-
Outras Despesas Operacionais (Nota 13).....	(28)	(66)	Lucro Líquido.....	-	-	-	3.192	3.192
RESULTADO OPERACIONAL.....	3.049	5.946	Destinações: - Reservas.....	-	160	3.002	(3.162)	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO.....	3.049	5.946	- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(30)	(30)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 15a e b).....	(1.343)	(2.634)	Saldos em 31.12.2015.....	24.200	373	22.133	-	46.706
Provisão para imposto de Renda.....	(725)	(1.434)	Aumento de Capital com Reserva (Nota 9b).....	1.600	-	(1.600)	-	-
Provisão para Contribuição Social.....	(618)	(1.194)	Lucro Líquido.....	-	-	-	3.312	3.312
Ativo Fiscal Diferido.....	-	(6)	Destinações: - Reserva.....	-	166	3.115	3.281	-
LUCRO LÍQUIDO.....	1.706	3.312	- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(31)	(31)
Número de cotas (Nota 9a).....	25.800.000	25.800.000	Saldos em 31.12.2016.....	25.800	539	23.648	-	49.987
Lucro por lote de mil cotas em R\$.....	66,12	128,39						

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("BEC DTVM" ou "Instituição") é uma instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 1º de fevereiro de 2017.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas predefinidas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Títulos e valores mobiliários

Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não são enquadrados como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria; e Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos". Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2016, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Em decorrência da alteração da alíquota, a Instituição constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

f) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

g) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

h) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia).

i) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Instituição possui disponibilidades em moeda nacional no montante de R\$ 22 mil (2015 - R\$ 46 mil).

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Valor de mercado/contábil (2)
	2016	2015				
Carteira própria						
Cotas de fundos de investimentos.....	52.330	48.692				
Total.....	52.330	48.692				
b) Classificação por categorias e prazos						
	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	2016	2015				
Títulos (1)						
Títulos para negociação: (3)						
Letras financeiras do tesouro.....	29.767	-	589	18.060	48.416	25.221
Letras financeiras.....	-	1.282	2.018	-	3.300	3.300
Debêntures.....	-	-	614	-	614	1.341
Notas do tesouro nacional.....	-	-	-	-	-	13.440
Total em 2016.....	29.767	1.282	3.221	18.060	52.330	52.330
Total em 2015.....	13.620	2.898	2.030	30.144	48.692	48.692

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimentos são efetuadas em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco e foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;

(2) Nas aplicações em fundos de investimentos, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2º Semestre 2016	2015
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	3.049	5.946
(Aumento em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....)	(2.873)	(3.638)
Aumento em Outras Obrigações.....	6	27
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(202)	(2.329)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais.....	(20)	6
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos.....	-	(30)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	(20)	(24)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	42	46
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	22	22
(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	(20)	(24)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

Corresponde a rendas de aplicações em títulos de renda fixa no montante de R\$ 6.554 mil (2015 - R\$ 5.860 mil).

d) A BEC DTVM não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

6) OUTROS CRÉDITOS

O valor de R\$ 28 mil (2015 - R\$ 34 mil) refere-se aos créditos tributários sobre adições temporárias (Nota 15c).

7) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autor" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivadas, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

c) Em 31 de dezembro de 2016, não há processos contingentes avaliados como de perda possível e provável de natureza relevante.

8) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.....	2.267	1.930
Impostos e contribuições a recolher.....	27	27
Total.....	2.294	1.957

b) Diversas

Refere-se a provisão para pagamento de publicações legais, no montante de R\$ 69 mil (2015 - R\$ 80 mil).

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 25.800 mil (2015 - R\$ 24.200 mil) totalmente subscrito e integralizado é composto por 25.800.000 (2015 - 24.200.000) de cotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de cotas		R\$ mil	
	2016	2015	2016	2015
Saldo em 1º de janeiro.....	24.200.000	23.500.000	24.200	23.500
Aumento de capital com reserva AGO/E (1).....	1.600.000	700.000	1.600	700
Saldo em 31 de dezembro.....	25.800.000	24.200.000	25.800	24.200

(1) Em 23 de maio de 2016, o BACEN homologou o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social de 25 de abril de 2016, que deliberou o aumento do capital social, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Estatutária" no montante de R\$ 1.600 mil, com a criação de 1.600.000 cotas, de valor nominal de R\$ 1,00 cada, atribuindo-as ao Sócio Cotista Banco Bradesco Berj S.A., com a concordância do Sócio Cotista Banco Bradesco S.A. (em 1º de junho de 2015, o BACEN homologou o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social de 30 de abril de 2015, que deliberou o aumento do capital social, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Estatutária" no montante de R\$ 700 mil, com a criação de 700.000 cotas, de valor nominal de R\$ 1,00 cada, atribuindo-as ao Sócio Cotista Banco Bradesco Berj S.A., com a concordância do Sócio Cotista Banco Bradesco S.A.).

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Reservas de lucros.....	24.187	22.506
- Reserva legal (1).....	539	373
- Reserva estatutária (2).....	23.648	22.133

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do semestre, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para

BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 07.299.480/0001-82

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

13) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	2015
Outras despesas financeiras	66	25
Total	66	25

14) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2016	2015
Ativo		
Disponibilidades (2)	22	46
Passivo		
Dividendos a pagar (1)	31	30

- (1) Controlador Direto - Banco Bradesco BERJ S.A.
(2) Controlador Indireto - Banco Bradesco S.A.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Reunião de Sócios cotistas é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
 - A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.
- Não foi fixada remuneração aos Administradores da Sociedade, tendo em vista que todos já recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador indireto, em consonância com a prática da Organização Bradesco.
- A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau;
- Dessa forma, não são efetuados pelas Instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	5.946	5.439
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1)	(2.675)	(2.448)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(16)	-
Crédito tributário (2)	-	3
Outros valores	57	198
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(2.634)	(2.247)

- (1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social até agosto, e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2016, de acordo com a Lei nº 13.169/15; e
- (2) Constituição de crédito tributário, relativo à majoração de alíquota da contribuição social, conforme Lei nº 13.169/15.

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em	
	2016	2015
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(2.628)	(2.250)
Impostos diferidos		
Ativação de crédito tributário - Lei nº 13.169/15	(6)	3
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(2.634)	(2.247)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil		
	Saldo em 31.12.2015	Constituição	Realização
Outras provisões	34	28	(34)
Total dos créditos tributários (Nota 6)	34	28	(34)

O total de crédito tributário constituído tem perspectiva de realização em até 5 anos. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, praticada pela Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 26 mil (2015 - R\$ 32 mil).

Todos os créditos tributários da BEC DTVM foram devidamente ativados.

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduziu a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A BEC DTVM como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Cotistas e aos Administradores da

BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Osasco - São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Instituição), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como, as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BEC - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 16 de fevereiro de 2017



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Certificação Digital. Segura, ágil e 100% confiável.

Imprensa Oficial, a Autoridade Certificadora Oficial do Governo do Estado de São Paulo.

IMAGENS ILUSTRATIVAS

www.imprensaoficial.com.br

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 127 • Número 33
São Paulo, sexta-feira, 17 de fevereiro de 2017

Página 3

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO